



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM  
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

---

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA GUAPIMIRIM**

**05 de abril de 2011**

Ao quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e onze, às nove horas e cinquenta minutos, teve início no Auditório “Elmo Amador”, na sede da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, situada à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Guapimirim. O conselheiro representante da ONG BioAtlântica enviou previamente justificativa de ausência à reunião. O chefe da ESEC Guanabara, Maurício Barbosa Muniz, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e informando que essa semana seria muito importante para a APA e a ESEC, pois além da reunião ordinária do Conapaguapi, à tarde ocorreria a abertura do I Encontro de Pesquisa da APA e da ESEC, que se estenderia por mais dois dias. Ele apresentou brevemente a programação do Encontro e destacou que esse evento é comemorativo aos cinco anos da ESEC Guanabara. Apresentou então a pauta da reunião, ressaltando a inclusão de uma pauta pelo representante de Itaoca em relação ao que havia sido proposta na convocação. A pauta apresentada foi: Aprovação da minuta de portaria para a atual gestão do conselho; Discussão sobre capacitação dos conselheiros; Discussão sobre seminários a serem realizados com professores das escolas da região; Apresentação do vídeo sobre a Expedição Guanabara; Fundo Guanabara – apresentação do Relatório 2010 e Plano de Trabalho 2011; Fiscalização durante andada do caranguejo uçá; Poluição no rio Caceribu em janeiro/2011; Especulação imobiliária em Itaoca em áreas de manguezais; Informes gerais – Cine Ambiental, Resolução CONAMA 429/11, nova gestão da secretaria municipal meio ambiente de Guapimirim, aumento na capacidade de fiscalização na APA Guapimirim e ESEC Guanabara. Maurício questionou aos presentes se haveria mais algum item a ser acrescentado, ao que não houve manifestações. Foi sugerido então que os presentes se apresentassem, pois com a entrada de novas entidades ao conselho, alguns representantes estavam comparecendo pela primeira vez ou segunda vez. Juliana Fukuda, como secretária-executiva do Conapaguapi, apresentou a minuta de portaria da nova composição do conselho, ressaltando a alteração da denominação de “Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim” para “Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e da Estação Ecológica da

Guanabara”. Colocou-se que sempre foram discutidas questões da ESEC, mas não estava explícito na portaria que o conselho também era da ESEC. Não houve qualquer manifestação contrária. Apresentou-se então a composição do conselho, conforme havia sido acordado pelos conselheiros na última reunião. Previamente à reunião, houve interesse por parte da recém-estruturada Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca de compor o conselho, e havia sido analisado que a entidade ACOMAMEA havia representação como titular e suplente. Considerando que o bairro de Itaoca tem áreas dentro da APA Guapimirim e apresenta situações de bastante vulnerabilidade ambiental, sugerimos então que a ACOMAMEA cedesse a vaga de suplente para Cooperativa Manguezal Fluminense e a Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca passasse a ser suplente da Associação de Moradores do Porto do Rosa, por proximidade geográfica. Nenhuma dessas entidades se mostrou contrária à proposta, e o representante de Porto do Rosa declarou que realmente seria muito importante que houvesse uma representação de Itaoca no conselho, e que o atual presidente Ubiraci vinha exercendo um papel atuante de liderança da associação. Os demais conselheiros foram consultados sobre a proposta de alteração, à qual não houve manifestações contrárias. Dessa forma, segue em anexo à esta ata a nova minuta de portaria sobre a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara para ser encaminhado ao ICMBio sede para aprovação e publicação no Diário Oficial da União. O representante da Emater, Alberico, entregou o Ofício PRESI nº 042, indicando os representantes da Emater-Rio no conselho, e deu sugestão de se ter uma lista única com entidades representantes e endereços, e fosse enviada aos conselheiros. Passou-se então à pauta sobre a capacitação dos conselheiros. Juliana falou que havia sido prevista essa atividade no planejamento desse ano junto ao Fundo Guanabara, pois com a renovação do conselho, muitas entidades haviam adentrado o conselho e seria produtivo ao conselho que houvesse um maior conhecimento sobre o ICMBio, sobre as unidades de conservação e sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades do conselho. Mas devido a limitações financeiras, decidiu-se por retirar esse item do Fundo e discutir junto aos conselheiros uma forma alternativa de viabilizá-la. Sugerimos que essa capacitação fosse feita no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde há estrutura de reunião e alojamento, e poderíamos pleitear refeições junto ao ICMBio, e que fosse realizado em dois dias, quando ao final fosse realizada a próxima reunião ordinária do conselho. O representante de Itaoca sugeriu que fosse feita durante o fim-de-semana. O representante da Emater colocou que para instituições públicas é difícil conseguir apoio institucional durante fim-de-semana. Breno

colocou que realmente para servidores públicos, seria melhor durante a semana, e que para as entidades da sociedade civil, seria melhor aos finais-de-semana, e que seria necessário chegar a um meio-termo. Houve sugestão então de se fazer em uma sexta-feira e um sábado, o que foi avaliado como razoável pela maioria. Discutindo-se uma proposta de data, chegou-se à sugestão dos dias oito e nove de julho. Pedimos então que os representantes das prefeituras verificassem possibilidades de transporte junto aos municípios, e o representante de Guapimirim garantiu que disponibilizaria um ônibus daquela prefeitura. Ficou acertado o horário de saída da sede da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara aproximadamente às oito horas e retorno, com saída do PN da Serra dos Órgãos, às dezessete horas. Passou-se à pauta seguinte, sobre o processo de educação ambiental nas escolas. Juliana explicou que a estratégia seria trabalhar junto aos professores, de todas as faixas de educação e todas as disciplinas, em seminários com objetivo de diagnóstico, e que estavam sendo agendadas reuniões junto às secretarias municipais de educação. Pedimos ajuda então aos conselheiros para completar o levantamento das escolas da região e, numa fase posterior, auxiliar na implementação de ações para apoiar os professores nas atividades com os alunos. Lourival, morador de Itaoca, disse que a questão do siri não era abordado nas escolas, e tem muita cata predatória do siri. Foi apresentada a lista de escolas levantadas até o momento, por município, e os conselheiros indicaram outras. Breno colocou importância que essa ação pode ter junto às secretarias municipais de meio ambiente, e que os representantes dessas secretarias ali presentes comunicassem essa ação junto às suas secretarias. Carolina, representante da ONG Água Doce, se disponibilizou a oferecer material para o momento pós-seminário, de possíveis ações com os professores, principalmente relacionado à Educação Infantil. Rafael, da Universidade Gama Filho, disse que essa universidade tem curso de licenciatura e que o curso poderia colaborar nas atividades, ou oferecendo orientação pedagógica. Em seguida foi feita a projeção do vídeo da Expedição Guanabara. Rafael Tubino falou da importância da atividade. Breno colocou que ações de manejo que foram propostas ao final da Expedição Guanabara seriam discutidas no Encontro de Pesquisa. Lourival, de Itaoca, comentou sobre borboleta grande que “sentou” no manguezal e que a larva matou o manguezal. Breno falou que isso faz parte do ciclo natural e ocorreu em várias partes do Brasil, ocorrendo sobre *Avicennia* (mangue preto). Daniel, representante do Instituto Marés, diz que fizeram pesquisa em vários manguezais e que esse fenômeno ocorre em ciclos de cinco a oito anos, e que isso se verificou em outros manguezais do Sudeste. Disse ainda que algumas plantas morreram, mas que a maioria

está se recuperando. Gilberto, representante da Colônia de Pescadores Z8, perguntou se não dá pra fazer uma expedição como a do vídeo para levantamentos químicos. Breno colocou que para isso há monitoramentos periódicos, que não adianta uma atividade pontual. Falou que PUC e UERJ vêm fazendo levantamentos e que eles estarão no Encontro de Pesquisa. Breno se prontificou a convidar esses pesquisadores que venham à próxima reunião para apresentar os resultados obtidos até o momento. Alexandre, representante da ONG Associação Homens do Mar comentou sobre uma Ação Civil Pública em relação ao empreendimento do GNL/GLP, cujas obras já foram concluídas. A ação trata da não-compensação pelos danos causados às comunidades pesqueiras e ao meio ambiente, através do aterramento e jateamento, que vem causando assoreamento do rio Sarapuí e do rio Estrela com materiais tóxicos e causando mortandade de peixes. Comentou que o procurador do Ministério Público Federal, Dr. Lauro, deveria voltar em julho, mas devido à urgência dos assuntos, ele deve voltar no final desse mês. Alexandre aproveitou para citar importância da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, e que comentou isso no recebimento da Medalha Chico Mendes, ocorrida no dia primeiro de abril. Breno disse que Alexandre mobilizou cerca de trinta a quarenta pescadores para participarem da última audiência sobre o assunto no Ministério Público Federal, e que os pescadores ficaram muito frustrados com a manobra da Petrobrás de passar a ação da esfera federal para a esfera estadual. Alexandre esclareceu aos demais que os réus dessa ação são o INEA, como licenciador do empreendimento, e a Petrobras e as empresas executoras dos projetos. José Rosário, representante da AMAPROSA, disse que um morador de barão do Iriri o procurou para falar sobre um líquido preto sobre o manguezal e que muito manguezal morreu. Breno pediu para que ele passasse o ponto exato para a equipe de fiscalização. Maurício iniciou apresentação do relatório das atividades realizadas com recursos do Fundo Guanabara no ano de dois mil e dez. Ele apresentou as ações de: cercamento da sede, melhoria das instalações elétricas, obras nos cais, compra de mobiliário, apoio a duas linhas de pesquisa: pesca amadora e monitoramento da população do jacaré-do-papo-amarelo, Expedição Guanabara, estruturação do quarentenário, Cine Ambiental, subsídio à participação em eventos e execução do Fundo Emergencial. Maurício apresentou então o então plano do Fundo Guanabara para o ano de dois mil e onze, que inicialmente foi orçado em cento e oitenta mil reais, mas que foi limitado pela Fundação SOS Mata Atlântica para setenta mil reais. Então foram priorizadas o fundo emergencial, em vinte e quatro mil reais, e as seguintes ações: materiais para veículos, continuidade das pesquisas, Encontro de Pesquisa, educação ambiental nas escolas, Cine

Ambiental e participação dos servidores em seminários e congressos. Essas ações foram priorizadas porque foi considerado que seria difícil conseguir cobrir esses gastos através de outros recursos. Breno ressaltou que nesses encontros, como seminários e congressos, será incentivado, sempre que possível, a participação de conselheiros, como foi feito no encontro Manguezais do Brasil, ocorrido em São Luis no ano passado. Breno citou ainda a importância da pesquisa para geração de renda para população local, até mais que para condução de turistas neste momento, e lembrou que o orçamento do recurso federal está menor este ano, com cortes orçamentários, e que o Fundo Guanabara, que também sofreu limitações, será muito importante para a gestão das unidades. Maurício colocou que conselheiros podem solicitar cópias do plano de trabalho. Como próximo tópico de pauta, Maurício falou sobre a andada do caranguejo e a fiscalização ocorrida no período da andada deste ano, e que esse procedimento deve permanecer para os anos seguintes, ou seja, de se proibir a captura tanto de machos como fêmeas nos limites da APA Guapimirim nos dias da andada pois se entendeu que temos essa competência dentro das unidades de conservação. Breno lembrou que na reunião do conselho em agosto foi formada uma comissão para discutir a andada e o defeso do caranguejo, e que na reunião de dezembro algumas propostas foram contestadas por membros dessa comissão que não participaram da reunião, e que então foi dado novo prazo para fevereiro, e que as discussões da comissão não avançaram. Sendo assim, Breno declarou que a comissão estava encerrada e foi entregue a um dos participantes da reunião uma cópia do resultado apresentado em dezembro, e que seria dado um prazo para os conselheiros apresentarem, posteriormente à reunião, sugestões por escrito, e de opiniões discutidas junto às bases de cada entidade. Alexandre falou que na andada muita gente, até moradores comuns, até turistas pegam caranguejo, e deu sugestão de se fazer placas proibitivas e colocar nas fozes dos rios e nos locais de maior visitação, como na praia de Mauá. Flavio, representante da ACAPESCA, acha que é pior fixar datas porque fica preso a isso, melhor ser desse jeito, definindo só pela andada – começou andada, pára a atividade. Ele ainda perguntou se não poderia com recurso do Fundo Guanabara para fazer reuniões nas comunidades a fim de conscientizar os catadores a trazer os laços de volta e não deixar lá no manguezal. Sugeriu ainda que o ICMBio vá às comunidades, como foram a Itambi, porque considera que a ida do órgão regulador ao local tem muito mais impacto do que o próprio representante da comunidade, como ele, falando; que na comunidade sempre tem gente que não gosta do representante, mas ao órgão regulador tem que obedecer. Maurício reforçou a idéia de que a redinha, pela lei, é proibida. Mas que vale a pena discutir, pois segundo os catadores, nessa região é

impossível pegar com o braço, tapagem é pior, e a redinha seria a que causa menor impacto. A discussão poderia ser sobre quais seriam as boas práticas dessa atividade. Lourival, morador de Itaoca, sugeriu que se conversasse com professores para que isso fosse discutido com as crianças, para que elas passassem pros pais. Malafaia colocou que nas aulas de educação ambiental se poderia falar disso, para que a informação fosse para dentro de casa. Alexandre comentou que o pescador artesanal é o medidor biológico da Baía de Guanabara, e que concorda que não se possa coletar nas andadas. Como representante da Ahomar e diretor do Sindpesca, ele pediu que o ICMBio fosse às reuniões dessas entidades. Ele comentou ainda que uma alternativa é que se diminua a quantidade de laços, e que possa fazer revezamento entre famílias para realizar a coleta. Flavio questionou que se o laço é proibido, como se falaria para Brasília que não é proibido? Breno esclareceu que é possível dialogar e tentar construir novos atos legais. Nelson, representante da secretaria municipal de meio ambiente de Magé, opinou que redinha é proibida, mas que foram apresentadas idéias importantes, como de diminuir a quantidade de laços e a colocação de placas, informando sobre sanções. Alberico, representante de Emater-Rio perguntou se haveria um ato legal para a questão em noventa dias. Breno explicou que ali era um momento bastante inicial, que essa discussão deve passar por várias instâncias antes de haver um novo ato legal. Alberico então comentou que considera que cartaz tem efeito muito bom. Breno então sugeriu o prazo de duas semanas para que os conselheiros promovessem a discussão junto às suas bases e retornassem sugestões por escrito. Passando à próxima pauta, Maurício disse que em janeiro representantes da Associação de Itambi vieram procurar o ICMBio para falar sobre uma “água preta” que ficou sobre o manguezal por cerca de dez dias. Maurício comentou que ano passado também houve esse fenômeno, mas que permaneceu visível por menos tempo, por cerca de três dias, também no início das chuvas. Este ano, identificaram como fonte o rio Aldeia, o que passa por Porto das Caixas. A princípio se pensou que pudesse ser poluição difusa, que viria de todo município de Itaboraí, mas depois pescadores vieram novamente, dizendo que a água escura vinha de uma fazenda. Maurício pediu então ajuda dos conselheiros para sugestões do que pode ser feito, e explicou o que ocorre: quando chove, essas águas levam fezes de gado e vegetação, e ficam represadas nos canais, fermentando, apodrecendo. As comportas, que deveriam funcionar, muitas estão sem manutenção, e quando a água desce, fica presa no manguezal. Ele colocou que isso acontece em outros rios, e mostrou imagens de satélite e fotos. No episódio desse ano, não foi possível fazer relação direta entre a fazenda e a APA, pois se passou muito tempo, mas comunicaram o INEA. Ele finalizou o

assunto pedindo ajuda aos pescadores e moradores para que avisem imediatamente quando perceberem o lançamento dessas águas, e às prefeituras e Emater para que ajudassem a pensar em soluções. Flavio questionou por que as comportas não ficam sempre abertas; Malafaia disse que para o pescador esse fenômeno se chama “água braba”, o que o pesquisador chama de eutrofização, e que o rio fica sem oxigênio e peixes morrem. Lourival disse que chamou um pescador para reunião, mas que ele não pôde vir, perguntou se ele viesse à reunião, se ele poderia fazer uma denúncia; citou que tem um local onde empresa de ônibus joga óleo no manguezal. Flavio falou que não precisa esperar reunião, é só ligar e denunciar. Breno colocou que pode fazer denúncia aqui, e que o batalhão trabalha em regime de plantão, vinte e quatro horas por dia, mas esclareceu que desde que deixamos de fazer parte da estrutura do Ibama e passamos a ser administrados pelo ICMBio, não temos como fazer autuação se não tiver dano direto à unidade de conservação, e por isso a comunicação precisa ser rápida, pois não temos fiscalização rotineira fora da APA. Maurício colocou que desta vez houve avanço pois se conseguiu identificar a origem, e que se deve fazer agora é ficar atentos nas primeiras chuvas; pediu que entidades que trabalham mais diretamente com propriedades rurais auxiliem quanto à informação para os proprietários. Lourival questionou se lixão de Itaoca está dentro da APA. Breno respondeu que não, que é limítrofe, e que Ibama voltou a fazer investigações lá, disse ainda que quando houve acidente no Morro do Bumba, em Niterói, foi um momento crítico pois todo o lixo que era depositado lá teve que vir para Itaoca, mas que já está melhor do que já foi, com menos urubu, mais áreas aterradas pois a atual concessionária já tem programa de encerramento do lixão, cujo nome técnico é descomissionamento, e diz que vai ter aterro em São Gonçalo, e não um lixão. Perguntou-se se poderia ter plantio de árvores para ajudar na recuperação. Breno esclarece que o processo de descomissionamento envolve aterramento, plantio e possibilidade de transformar a área em local de lazer, mas que não pode haver construção. Lourival perguntou se é possível tirar chorume. Breno respondeu que agora não dá porque a fonte continua existindo, mas que no fechamento isso é previsto, e concluiu informando que a concessionária é a mesma que administra o aterro de Nova Iguaçu, que é modelo de aterro sanitário. A seguir se passou para a pauta sugerida pelo Ubiraci, presidente da Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca, sobre a especulação imobiliária em Itaoca, principalmente na Praia da Beira. Ele apresentou a questão, dizendo que empresários estão comprando terras, que eles dizem que já foi tudo loteado e que vão desmatar o manguezal, e perguntou como lidar com essa ocupação desordenada pois disse que prefeitura não está

interessada no assunto. Lourival complementou dizendo que quando o lixão poluiu o rio Imboaçú, o curso do rio mudou, o manguezal mudou de lugar. O representante da prefeitura de São Gonçalo disse que desconhecia o assunto e que iria verificar essa questão com outras secretarias do município. Breno colocou que houve reunião com o recém-empossado secretário de meio ambiente de São Gonçalo, que está no cargo há cerca de um mês, e que o Ministério Público estaria preocupado com o desmatamento dos manguezais de São Gonçalo. Ele disse ainda que aqueles manguezais estão fora da APA mas estão muito próximos, e por isso fomos convidados a participar da discussão; na reunião foi proposto que a prefeitura apresentasse detalhamento de três pontos: 1) implantação de uma unidade de conservação municipal na Ilha de Itaoca; 2) apresentação de um projeto municipal para ocupação urbana daquela área – o que é possível, até com algumas áreas desmatadas, o que não é possível é ter ocupação sem planejamento; e 3) estruturação de uma base permanente de fiscalização. Informou que o prazo para entrega desses projetos seria na última segunda-feira, mas que não foi entregue, e que a proposta é que a empresa que está implantando o pólo naval em São Gonçalo seja responsável pela implementação integral desses projetos. Gilberto questionou sobre uma obra do Comperj, de construção do cais na Praia da Beira. Breno falou que a obra envolve um píer e retroterra, para receber peças muito grandes para o Comperj, que vai ter também uma estrada que vai margear a APA. Ele resgatou que a idéia surgiu pois a proposta inicial era de que essas peças viessem por hidrovia, e que nesse caso os rios da APA deveriam ser retificados, com corte de vegetação, e foi levantada a alternativa apresentada, onde a estrutura construída possa ser utilizada pela população posteriormente. O píer terá impactos também, graves, principalmente dragagem, que vai ressuspender metais pesados, e que a licença para essa obra ainda não saiu. Gilberto falou que, além disso, existe preocupação em relação ao bota-fora, questionando qual será a contrapartida para os pescadores. Breno perguntou se eles estão participando das audiências públicas. Gilberto respondeu que o convite não chegava a eles, que os convites iam diretamente a grupos já alinhados com a questão. Breno colocou que há vias para enfrentamento e resistência, que se os convites para as audiências não estão chegando, é possível entrar com representação junto ao Ministério Público Estadual. Ubiraci disse que foram discutidas ações de contrapartida, como cursos de qualificação e piscicultura. Alexandre concordou com Gilberto sobre as audiências e disse a Ahomar se manifestou junto ao INEA, ao MPE e ao MPF. Disse ainda que a única audiência sobre o píer que soube foi a que ocorreu no Salgueiro, mas que, como informaram numa das últimas reuniões desse conselho, não seria possível ir lá pois é área de



risco e a audiência era à noite, e que pediram para que houvesse uma audiência em Magé, mas não houve resposta. Alexandre aproveitou para comentar sobre a reunião do Conema no dia anterior, onde foi colocada alternativa da água para uso do Comperj, e questionou se era de conhecimento da administração da APA que seriam usados dois tipos de água de uso industrial: de reuso da ETE Alegria e da barragem no rio Guapiaçu. Ele comentou que fez requerimento para SEA, MPE e MPF sobre o aterro de Belford Roxo. Breno disse que o que está na autorização é para utilização de água do rio Guandu. Maurício fala que existe um termo de compromisso entre a SEA e a Petrobras, e que realmente foi abandonada a idéia de utilização das águas do Guandu, que já estava licenciado, e confirmou que o que se planeja é o uso de água de reuso da ETE Alegria, da ETE de São Gonçalo quando ela ficar pronta, e da barragem citada, mas que tudo isso deverá passar pelo devido licenciamento ambiental. Alexandre acrescentou que há sempre preocupação com o uso da barragem de Imunana, que Gilberto frequentemente cita. Alberico informou que vai haver uma audiência pública na Alerj sobre esse assunto pois só água de reuso não vai ser suficiente, e recomendou que as comunidades fiquem atentas para a audiência, e que lá será um bom fórum para discutir essa questão. Gilberto citou que em Campos aconteceu um problema de barragens e que quem pagou o prejuízo foram os pescadores da Lagoa Feia. Geraldo Rocho sugeriu que Gilberto procurasse o MPF em São Gonçalo. Nelson comentou que tem se falado da água de reuso da ETE Alegria, mas que não se ouve falar sobre a barragem de Xerém, que está abandonada, com muita água e que está sem uso. Nenhum dos conselheiros demonstrou conhecer essa barragem. Breno sugeriu então que cada entidade se preparasse para as audiências. Nada mais havendo a ser tratado, Breno agradeceu a presença e participação de todos, e a reunião foi encerrada às treze horas, tendo sido lavrada esta ata que segue por mim assinada.

*Assinatura no documento original*

JULIANA CRISTINA FUKUDA

Secretaria Executiva do CONAPAGUAPI